

UM NOVO PROJETO PARA O BRASIL

Paul Singer

Há um novo projeto para o Brasil em gestação, desde a redemocratização e que ganhou o seu primeiro contorno institucional na Constituição Federal de 1988. O processo de construção da Carta Magna foi o mais participativo de todos os episódios constituintes brasileiros, desde a Independência. Este projeto contempla **um país democrático, socialmente justo e economicamente desenvolvido, inserido de forma autônoma na economia global**. Vamos esmiuçar um pouco cada um destes componentes do projeto.

UM BRASIL DEMOCRÁTICO

Desde a instauração do regime militar, em 1964, nós brasileiros aprendemos a valorizar a democracia como jamais o havíamos feito antes. Mesmo após a vitória sobre o nazifascismo, em 1945, a defesa da democracia assumia natureza meramente instrumental para muita gente no campo da esquerda: tão logo a tomada do poder se consumasse, as mudanças seriam impostas pela força, com o sacrifício da democracia formal. O mesmo descompromisso com a democracia havia por parte da centro-direita, para a qual ela só servia enquanto forças populares não se tornassem concorrentes sérios na disputa do governo.

Com o golpe militar, a centro-direita foi ao poder e ajudou a eliminar as instituições democráticas durante os 10 anos (1968-1978) mais repressivos do regime militar. Toda uma geração sentiu na própria pele o que significa viver sem as garantias da cidadania, sempre exposta ao terror da repressão anônima e inconfessada contra quem quer que fosse suspeito de não apoiar o sistema de poder vigente. “Brasil, ame-o ou deixe-o.” Isso nos ensinou que a democracia é um valor em si, permanente, um ingrediente essencial dum novo projeto para o Brasil. Convém observar que ao mesmo tempo, a partir dos 1970, foram caindo os regimes autoritários na Europa, na América Latina e depois na Ásia, para culminar na Glasnost da União Soviética e na “queda do muro” nos outros países da Europa Central e Oriental.

No Brasil, a democracia foi restaurada lentamente. A restauração formal da democracia pela Constituinte, em 1988, foi um episódio importante deste processo, culminando outros como a reconquista do direito de greve (no ABC) e a abolição da censura à imprensa, em 1978, a anistia, em 1979, a volta do voto direto na eleição dos governadores, em 1982, e a grande campanha pelas “Diretas Já” em 1984. Depois da promulgação da Constituição, a luta pela democracia prossegue, sobretudo no sentido do seu alargamento em direção à **participação direta dos cidadãos nas decisões que os afetam**.

Neste sentido, a maior conquista até agora tem sido o **orçamento participativo**, praticado em inúmeros municípios e estados. É uma prática que já se estende por quase uma década e meia, que tem merecido aprovação internacional, sendo adotada por municipalidades de outros países. Ela combina de formas engenhosas (plurais, pois cada prefeitura inventa sua metodologia) a representação indireta parlamentar com a direta, exercida por delegados escolhidos por comunidades locais e movimentos setoriais. A participação popular na elaboração orçamentária e no monitoramento de sua execução funciona efetivamente. A

massa dos cidadãos se educam politicamente ao tomar conhecimento das necessidades da população e dos escassos recursos disponíveis para atendê-las.

O orçamento participativo, assim como outras formas de participação cidadã, fortalece a democracia ao educar a população para se organizar e intervir coletivamente no processo político. Onde isso não se dá, o alheamento dos cidadãos, convocados apenas ocasionalmente às urnas, se converte em **ameaça mortal para a própria democracia**. Difunde-se a noção de que os políticos eleitos se ocupam unicamente de seus interesses pessoais, que campeia a corrupção e o fisiologismo e que as ações necessárias ao bem-estar coletivo são bloqueadas por teias de pequenos interesses.

Hoje, os índices de abstenção nas eleições aumentam assustadoramente em muitos países, algumas vezes superando os 50%, o que esvazia a democracia e a expõe ao risco de morrer de inanição. A única alternativa para a robustecer a democracia e fazê-la avançar é ampliar a participação popular na atividade política, mediante partidos, movimentos sociais e ONGs. Ou somos capazes de tornar a democracia cada vez mais participativa ou corremos o risco de vê-la perecer pelo desinteresse do cidadão e o ensimesmamento dos políticos profissionais.

UM BRASIL SOCIALMENTE JUSTO

Somos uma nação marcada desde a origem pela mácula da escravidão. Durante quase 400 anos, a injustiça social extremada esteve tão bem entretecida nas fundações de nossa estrutura social que ela se tornou despercebida, coexistindo, após a Independência com o liberalismo, enquanto ideologia dominante. A herança da escravidão pesa fortemente ainda hoje sobre o Brasil, onde a riqueza de alguns contrasta com a exclusão econômica e social de outros. Mais do que as rendas, são as oportunidades de tomar parte na produção social, como empregado ou como auto-empregado, individual ou coletivo, que são desigualmente repartidas e esta injustiça é reproduzida e reforçada pela discriminação racial, à qual se adicionam as outras discriminações de gênero, de região e de classe.

Justiça social significa antes mais nada a **igualação de oportunidades**, a ruptura da transmissão de pobreza, incultura, desnutrição e descrença em si, de pais a filhos, como vem ocorrendo há séculos. Não é à-toa que o movimento negro nega que a abolição tenha eliminado a injustiça que a escravidão instaurou entre nós. Mas, a grande massa de excluídos ultrapassa largamente os descendentes dos escravos negros, pois a instabilidade econômica característica do capitalismo produz a cada ciclo de conjuntura novas levas de desempregados e inempregáveis.

A justiça social somente será alcançada pela ação simultânea e se possível coordenada de governos municipais, estaduais e nacional, de ONGs, apoiadas e financiadas por fundações, empresas e pessoas, daqui e do exterior e sobretudo dos movimentos sociais, sindicatos e cooperativas dos próprios excluídos. Esta ação é multiforme: reforma agrária e redenção da agricultura familiar e ecológica; recuperação do extrativismo mineral, vegetal e animal mediante regulamentos públicos que preservem os recursos naturais de atividades predatórias; apoio à incubação de cooperativas operárias que assumem as massas falidas das empresas em que trabalhavam e as reabilitam mediante a prática consistente da

autogestão; o mesmo apoio deve ser dado também a grupos e famílias ou pessoas, que lutam pelo direito de exercer atividades produtivas.

Outra linha de ação contra a injustiça é constituída por cursinhos de preparação ao vestibular para pessoas pobres, organizados por estudantes universitários; da mesma natureza são os esforços educativos em prol das crianças e jovens em situação de risco, hoje empreendidos por numerosas ONGs. A generalização destas ações, para que atinjam no menor prazo a totalidade dos que delas necessitam, é imprescindível. Ela depende de políticas públicas concatenadas no plano local, regional e nacional, de aporte de recursos a fundo perdido, incentivo e coordenação, possivelmente com a ampliação dos sistemas públicos de ensino.

Digna de nota é a mobilização das comunidades contra a mortalidade infantil, como a Pastoral da Criança vem demonstrando nos últimos anos. Há hoje muitos movimentos de saúde, que organizam doentes crônicos e empreendem ações preventivas, bastante eficientes, como o combate à Aids vem demonstrando. Inscreve-se neste contexto também a Campanha de Fome Zero, recém inaugurada pelo governo federal.

Um dos caminhos mais fecundos para conquistar mais justiça social é a ação da Igreja junto a comunidades pobres, para que se auto-organizem tendo em vista gerar trabalho e renda. São exemplos os acampamentos dos sem-terra e as ocupações de terras improdutivas, que a crise multiplica por todo território brasileiro, assim como a ocupação, em nossas cidades, de prédios vazios e muitas vezes abandonados por movimentos de sem-terra; a organização da população de rua, que depende da catação do lixo, em cooperativas apoiadas pelos órgãos municipais de limpeza pública, para difundir por nossas cidades a coleta seletiva e a reciclagem sistemática dos resíduos sólidos e também dos orgânicos.

O projeto 'Banco Palmas', inventado e desenvolvido num bairro pobre de Fortaleza, demonstra como a auto-organização comunitária (inspirada nas Comunidades de Base) logra combater a pobreza através duma multiplicidade de iniciativas bem coordenadas. O 'Banco Palmas' combina de forma original o micro-crédito com o 'clube de trocas' para superar ao mesmo tempo as dificuldades dos empreendimentos populares em obter financiamento e de comercializar sua produção. O Banco também criou uma Incubadora, que vem acompanhando diversas cooperativas de produção, todas formadas por membros da comunidade.

Uma ação pública que vem se revelando fecunda é constituída pelos diversos programas de renda mínima, particularmente da chamada 'bolsa-escola', graças à qual possivelmente milhões de crianças pobres deixam de precisar trabalhar para sustentar suas famílias e têm a oportunidade de freqüentar escolas. A Campanha da Fome Zero é outro exemplo, que combina, desde o início, a distribuição de dinheiro para a aquisição de alimentos com ações emancipatórias, que vão desde a mobilização e qualificação profissional dos beneficiários até o apoio à formação de associações produtivas e cooperativas pelos mesmos.

Todas as ações visando a redenção sócio-econômica dos excluídos exigem a capitalização de seus empreendimentos. Também neste caso, políticas públicas abrangentes têm grande impacto sobre os esforços que ONGs, movimentos sociais, sindicatos e universidades vêm

empreendendo neste sentido. O micro-crédito se expande no Brasil há mais de 20 anos, cada vez mais apoiado por prefeituras e governos estaduais. Os resultados são promissores mas atingem, por enquanto, apenas pequena fração dos necessitados. Por isso, o governo federal resolveu agir, convocando os bancos públicos e privados, para que abram contas aos desfavorecidos e lhes ofereçam pequenos empréstimos a juros máximos de 2% ao mês (que seriam insuportavelmente elevados em qualquer país mas não no Brasil, pois aqui os juros sobre empréstimos pessoais se tornaram estratosféricos).

A oferta de empréstimos a milhões de pessoas carentes pode representar uma ajuda eficaz para que elas não só melhorem seu consumo mas também adquiram meios de produção, que lhes permitam aumentar seus ganhos. O impulso assim dado pelo governo federal, que ofereceu para este fim 2% dos depósitos à vista nos bancos, combina-se com a liberação de cooperativas de crédito, que até agora vinham sendo restringidas pelo Banco Central. As cooperativas de crédito constituem também o resultado da educação financeira que o microcrédito oferece aos pequenos produtores, tendo a vantagem de utilizar a poupança de todos os sócios para atender necessidades de financiamento de alguns, cobrando taxas modestas de juros, fixadas pelo conjunto dos sócios, tanto devedores como credores.

As ações referidas acima visam conduzir o Brasil a um **desenvolvimento com redistribuição de renda e inclusão econômica e social dos marginalizados**, bem diferente do que temos experimentado no passado. Elas são ações locais e seus protagonistas são, na maioria das vezes, membros da sociedade civil. Esta está se mobilizando cada vez mais para este fim, desde antes que a Ação da Cidadania Contra a Fome marcasse, a partir de 1992/3, um salto qualitativo no processo.

Poderia parecer que nesse novo modelo de desenvolvimento, o Estado teria apenas um papel de doador de recursos, dados em empréstimos ou a fundo perdido. Mas, isso não é assim.. Dado que as iniciativas são descentralizadas e suscitadas por numerosas agências civis de fomento, seus efeitos são territorialmente limitados e certamente vastas áreas do Brasil permanecem intocadas. Só o Estado têm recursos e aparelho administrativo para levar o novo desenvolvimento a todas as áreas carentes, sempre em parceria com ONGs e Agências de Fomento.

A luta pela justiça social no Brasil tem como protagonistas principais organizações e movimentos sociais, formados por militantes (religiosos, sindicalistas, professores e estudantes universitários etc.) e por comunidades carentes e marginalizadas. A sua mobilização está aumentando incessantemente nas últimas décadas e na maior parte das vezes independe de iniciativas governamentais. Mas, a movimentação em prol dos mais pobres é fortemente limitada pela falta de dinheiro. **A injeção de recursos públicos é essencial para a generalização do novo tipo de desenvolvimento.**

Sempre que governos locais e regionais instauram programas assistenciais, ao mesmo tempo eles envolvem, mediante convênios, agências de fomento na criação de atividades produtoras de bens e serviços que atendem a população receptora das bolsas e auxílios, tendo em vista a emancipação dos beneficiários a um prazo maior. Estas atividades podem ser cooperativas, familiares ou individuais. A sua peculiaridade é que suscitam demanda solvável e oferta de produtos ao mesmo tempo, com um crescente multiplicador de renda, à

medida que mais pessoas são resgatadas da ociosidade involuntária e se integram ao mercado como produtores e consumidores.

Embora o motor deste processo transformador esteja na sociedade civil, o combustível que o movimenta é representado principalmente pelo gasto (ou investimento ?) do erário público. O que significa que a velocidade da transformação sócio-econômica é função do volume de gastos da União, estados e municípios. O que nos leva de volta à velha luta de classes entre os que querem a ação do Estado em prol da inclusão e emancipação dos pobres e os que se opõem a ela em nome da minimização do Estado, da necessidade de priorizar o pagamento do serviço da dívida pública e de manter os juros altos e o crédito escasso, para evitar que a inflação se descontrole. A discussão desta problemática nos leva ao tópico seguinte.

UM BRASIL ECONOMICAMENTE DESENVOLVIDO

O Brasil é hoje um país semi-desenvolvido, que até o começo dos 1980 avançou rapidamente em direção ao pleno desenvolvimento mas desde então estagnou, contabilizando uma década perdida após a outra. O caráter incompleto de nosso desenvolvimento se traduz em gigantescas desigualdades regionais. Convivem em nosso território comunidades ricas e que têm acesso ao que de melhor oferece o avanço tecnológico e comunidades pobres, econômica e socialmente atrasadas, que de certa forma ainda não alcançaram o consumo e a produtividade do século XX.

Um novo projeto para o Brasil exige a retomada, no menor prazo, do desenvolvimento. Historicamente, o desenvolvimento brasileiro tem sido comandado pelo Estado, pelo menos desde os 1930, quando o governo revolucionário decretou a moratória da dívida externa e se lançou numa ação promotora de substituição das importações. Este padrão de desenvolvimento se manteve, no interregno democrático com Dutra, Getúlio e Juscelino, e até durante o regime militar. Hoje, a ideologia neo-liberal dominante ressuscitou a condenação da tutela do Estado sobre a economia e da substituição de importações como antagônica à “eficiência” por distorcer preços relativos e portanto a alocação de fatores e por favorecer a indústria em detrimento da agricultura de exportação.

Esta ideologia, que dominou a política econômica dos três últimos governos brasileiros, incapacitou o Estado para liderar a retomada do desenvolvimento e atribuiu este papel ao mercado externo, possivelmente na crença de que o rápido avanço da globalização e da 3ª Revolução Industrial arrastaria o Brasil a uma nova etapa de desenvolvimento. A realidade foi muito diferente: fomos duramente atingidos por todas as crises financeiras dos 1980 e dos 1990, a economia reduziu extraordinariamente seus índices de crescimento porque acumulou enorme passivo externo e excessiva dívida pública, o que levou os governos a recorrer seguidamente a políticas recessivas, mesmo depois que o Plano Real debelou a superinflação, a partir de 1994.

O desenvolvimento com justiça social exige que o Estado proteja o funcionamento dos mercados mas impeça que sejam subordinados à volatilidade especulativa, que hoje governa os mercados de capitais. Isso implica no controle pelo Banco Central dos fluxos internacionais de capitais de curto prazo e da taxa de câmbio. O Banco Central deve se tornar novamente autônomo para praticar política monetária que favoreça o crescimento e

para regular o câmbio, de modo a maximizar as exportações e a substituição de importações e permitir que a dinâmica da economia brasileira se centre paulatinamente na expansão do mercado interno.

Não se trata de desvincular o Brasil da economia global mas de condicionar o vínculo para que deixe de ser fator de instabilidade macro-econômica. Vários países fazem precisamente isso e não por acaso são os que mais crescem. Mas, a ideologia dominante sustenta que a economia brasileira não pode crescer por falta de poupança; o serviço da dívida pública absorve toda a poupança do Estado, que por isso é negativa. O Estado desta forma esterilizaria parte da poupança privada, forçando o país a recorrer à poupança externa para financiar seus investimentos, sem os quais o crescimento não se sustentaria. De modo que o obstáculo ao crescimento seria o gasto excessivo do Estado, não só com a dívida pública mas também com o dispêndio social.

A única solução para que o Brasil reencontre o caminho do crescimento seria o corte profundo do gasto público a ponto de amortizar parte da dívida pública e possibilitar a redução da carga tributária, vista como excessiva. Na realidade, o neo-liberalismo com este tipo de análise protela a retomada do crescimento às calendas gregas. E impossibilita o desenvolvimento com justiça social, cuja intensidade depende, como vimos, da expansão do gasto social, sobretudo do aplicado nos grandes bolsões de miséria.

Como Keynes demonstrou, a poupança é um falso problema se se exige que **ela aumente antes que a economia comece a crescer**. A poupança não passa de renda não gasta em consumo e ela aumenta sempre que o crescimento econômico gera aumento das rendas, que somente é acompanhado pelo aumento do consumo com certa defasagem no tempo. Se o crescimento for contínuo, ou “sustentado” como se diz hoje, o crescimento da renda sempre estará adiantado em relação ao crescimento do consumo, de modo que a poupança se elevará o tempo todo, financiando um investimento também crescente.

Não dá para dizer se a relação dinâmica entre crescimento do investimento e da poupança entrará automaticamente em equilíbrio, mas se não entrar, o Banco Central deve ter instrumentos monetários e cambiais para assegurar que o equilíbrio desejável seja atingido. A teoria keynesiana vê no crescimento a solução destes problemas, inclusive do gasto público. O crescimento econômico ocasiona elevação da receita fiscal e ao mesmo tempo reduz o gasto público com desempregados (parte dos quais volta a encontrar trabalho) e com as seqüelas do desemprego de longa duração. Além disso, o crescimento exige forte diminuição dos juros, o que acarreta diminuição proporcional do serviço da dívida pública.

A teoria neo-liberal vê o crescimento com receio, pois teme seus efeitos sobre o emprego. Se o desemprego cair “demais” o crescimento dos salários contaminará os preços e a inflação subirá cada vez mais. Esta teoria inspirou o conceito de “taxa natural de desemprego” que seria a taxa de desemprego mínima, abaixo da qual a inflação sobe. Para ela, a prioridade máxima é o combate à inflação e não o crescimento da economia. O desemprego seria sempre voluntário, o resultado do exercício do direito da escolha do trabalhador entre aceitar um emprego com paga não satisfatória e continuar a busca por um emprego melhor. A política econômica deve se preocupar em evitar inflação, deixando que o funcionamento espontâneo do mercado de trabalho resolva a questão do desemprego.

O Brasil só se tornará um país desenvolvido quando superar o medo do desenvolvimento, ousando novamente torna-lo o objetivo maior da política. Hoje, o governo brasileiro está dando passos nesta direção. A queda da taxa de juros e a expansão do crédito bancário, das instituições de micro-crédito e das cooperativas de crédito deve fazer com que tanto o consumo como o investimento produtivo possam crescer sustentadamente. A reordenação institucional dos serviços de infra-estrutura devem prepara-los para receber grandes investimentos, a maioria provavelmente na forma de parcerias entre o setor público e o setor privado.

Para a plena retomada do desenvolvimento, outras medidas terão de ser tomadas, mas, como costuma dizer o Presidente Lula, não há porque fazer tudo ao mesmo tempo. No mundo desregulamentado de hoje, as previsões econômicas são incertas, muito mais do que durante os 30 anos de ouro, quando os planos econômicos nacionais eram em geral implementados. A retomada do desenvolvimento terá de ser pragmática, utilizando os seus frutos, à medida que forem ganhos, da melhor forma possível para assegurar sua continuidade.

Seria importante democratizar a política econômica, tirar sua formulação das mãos de equipes minúsculas e que deliberam entre 4 paredes. A conquista da democracia participativa exige a formação dum Conselho Monetário Nacional amplo e representativo das classes sociais e dos grandes grupos de interesse, legitimamente constituídos. A fixação da taxa mínima de juros assim como do volume de crédito bancário e da taxa desejada de câmbio deveria ser negociada entre os membros deste Conselho com transparência. É preciso romper, acima de tudo, com a noção de que decisões de política econômica são 'técnicas' e estão fora do alcance do intelecto não treinado. Se as diferentes opções forem enunciadas de maneira inteligível, o público as entenderá e terá ocasião para se pronunciar e participar diretamente da formulação das políticas.

O BRASIL INSERIDO DE FORMA AUTÔNOMA NA ECONOMIA GLOBAL

A tendência atual de amputar a capacidade dos estados nacionais de regular a economia de seus países constitui autêntica ameaça para países semi-desenvolvidos, que não poderão se desenvolver plenamente. Uma das formas mais insidiosas de amputação é o livre-comércio, hoje acompanhado nas negociações no seio da OMC pela validação internacional das patentes e demais formas de propriedade intelectual e por contratos de garantia dos investimentos estrangeiros por parte dos países periféricos.

Os Estados Unidos e a União Européia são as fortalezas do livre comércio, da preponderância dos direitos internacionais de propriedade intelectual e de garantia dos investimentos estrangeiros, pois detêm os maiores mercados nacionais, a quase totalidade das patentes e são os donos da grande maioria dos investimentos estrangeiros no mundo. As doutrinas de sua preferência correspondem perfeitamente a seus interesses, sobretudo face à periferia semi-desenvolvida, dentro da qual se destacam China, Índia, Brasil, Indonésia e México.

O Brasil poderia facilmente evitar a amputação de seu estado, desvinculando-se de organizações intergovernamentais como a OMC e o FMI. Mas, esta emenda pode ser pior

do que o soneto. Saindo destas organizações, o Brasil se isolaria dos outros países semi-desenvolvidos e teria mais óbices para exportar e também para importar tecnologia do exterior. O intercâmbio - comercial mais do que financeiro – com os países capitalistas é de certa forma vital para que o desenvolvimento do país acompanhe, ainda que a certa distância, o desenvolvimento global. Basta lembrar o intenso intercâmbio cultural, acadêmico, tecnológico etc., que instituições brasileiras mantêm com suas congêneres em todas as partes do mundo. Estes intercâmbios se intensificaram muito desde que surgiu a internet e se tornaram cada vez mais importantes para a mudança de processos de produção e para a criação de novos produtos de consumo.

Obviamente, nem tudo o que nos vem do exterior é benfazejo. Quem sabe estaríamos melhor sem transgênicos e sem padrões de vida sustentados por consumo conspícuo, mediante o qual camadas endinheiradas competem na exibição de sua riqueza. Mas, muito do que nos vem dos outros países, juntamente com os importados, são fatores de mudança política, econômica e cultural, que nos inserem num mundo do qual queremos fazer parte. Em vez de desvincular o Brasil de organismos internacionais, o que cabe fazer é lutar dentro deles, como já estamos fazendo por exemplo na OMC, onde nosso governo lidera um grupo de 20 nações, a maioria semi-desenvolvida, em defesa dos interesses dos menos desenvolvidos em contraposição aos países superdesenvolvidos.

Em suma, as opções pela democracia, pela justiça social, pelo desenvolvimento pleno e pela inserção autônoma na economia global se combinam num novo projeto para o Brasil, que tem lógica. A democracia participativa é essencial para a luta pela justiça social, cujo êxito depende em grande parte do desenvolvimento, o qual se frustrará se o Brasil não puder se inserir no mundo dominado pela globalização neo-liberal, liderando uma frente de países que se recusam a desistir dos seus futuros nacionais.